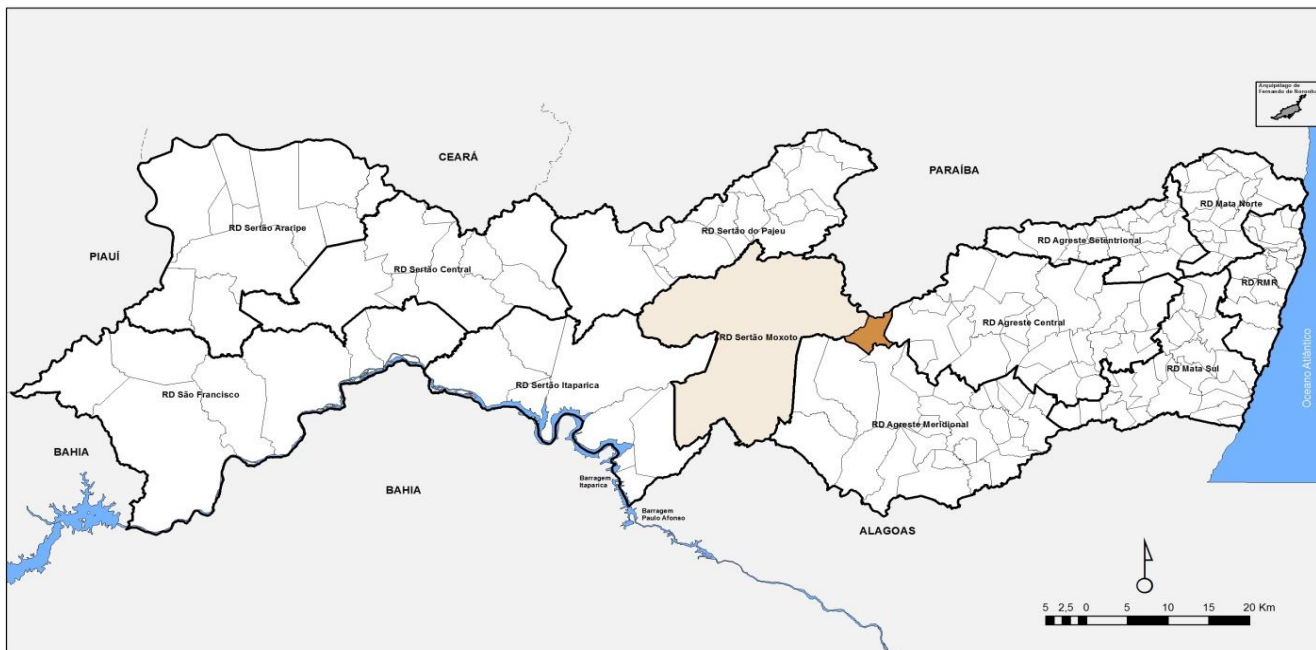


HISTÓRIA MUNICIPAL ARCOVERDE



Desmembrado dos municípios de Pesqueira e Buíque

Data de criação: 11/09/1928 Lei Estadual nº 1.931

Data de instalação: 01/01/1929

Data cívica (aniversário da cidade): 11/09

A primeira menção oficial ao povoado Olho d'Água nos livros de atas das sessões da Câmara de Cimbres (atual Pesqueira) data de 1812, fazendo referência à nomeação de José dos Reis Lima para servir no cargo de juiz do Limite desse povoado e de seus subúrbios. Há uma hipótese de que foi também nesse ano (ou dois ou três anos depois) que o capitão Leonardo Pacheco Couto chegou à Fazenda Santa Rita, em Olho d'Água, onde já havia uma povoação com cerca de meia dúzia de casas, em uma das margens do Riacho do Mel. Ele mandou construir em terras de sua fazenda, perto da povoação e a cerca de sete quilômetros da casa da propriedade, a igreja de Nossa Senhora do Livramento de Olho d'Água, da freguesia de Cimbres, doando como patrimônio um terreno de 100 braças de frente por uma légua de fundo. A construção da igreja deu outra vida ao povoado de Olho d'Água, do qual se originou Arcoverde.



O português Leonardo Pacheco Couto nasceu em 1779 (ou 1780) na ilha de São Miguel (arquipélago dos Açores), filho de Duarte Pereira e Francisca da Piedade, e faleceu no dia 02 de julho de 1870, na Fazenda Santa Rita. Ele tinha propriedades nessa ilha, das quais continuou a receber rendimentos depois que veio para o Brasil e se instalou em sua fazenda, em Olho d'Água. No dia 24 de novembro de 1818 Leonardo Pacheco Couto casou-se com Ana

Ana Antônia Cordeiro do Rego, então residente na serra das Varas. Em 1819 nasceu o primeiro dos 11 filhos do casal, Veríssimo José do Couto.

Em 1841 a Câmara de Cimbres, sob a presidência de Isidoro Camelo Pessoa de Siqueira Cavalcanti, enviou ao governo da Província, para apresentação à Assembleia Legislativa, uma representação dos habitantes de Olho d'Água, pedindo a nomeação de um juiz de Paz, em vista de já possuírem uma capela curada desde o dia 28 de fevereiro desse mesmo ano. Além disso, pediam também a criação de uma cadeira de primeiras letras (ata da sessão extraordinária de 28 de dezembro de 1841).

O povoado de Olho d'Água tornou-se 2º distrito do município e freguesia de Cimbres, em decorrência da Lei Provincial nº 142, de 02 de maio de 1844. Em 09 de setembro do mesmo ano, em sessão extraordinária da Câmara de Cimbres, foram nomeados juizes de Paz do distrito de Olho d'Água os senhores Joaquim Severiano de Albuquerque, Joaquim Rodrigues de Araújo, João Cordeiro do Rego e Leonardo Pacheco Couto (tratando-se este de Leonardo Pacheco Couto Filho, ou Leonardo "Duque", sexto filho do casal Leonardo Pacheco Couto e Ana Antônia Cordeiro do Rego).

Em 1848 o capitão Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti (que ficou conhecido por capitão Budá) casou-se com Marcolina Dorothéia Pacheco do Couto, sétima dos 11 filhos de Leonardo Pacheco Couto e Ana Antônia Cordeiro do Rego. O primeiro filho do casal (nascido no dia 17 de janeiro de 1850) foi D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, o primeiro cardeal do Brasil e da América Latina, conhecido por Cardeal Arcoverde. Ele nasceu na Fazenda Fundão, em Olho d'Água, que era vizinha à Fazenda Santa Rita, do seu avô materno, Leonardo Pacheco Couto.

Em 1865, no vale formado pelos serrotes do Retiro e do Cruzeiro, e da serra da Aldeia Velha, o aglomerado de casas que se havia formado já apresentava aspecto de um povoado. Nesse ano, foi reconstruída a igreja de Nossa Senhora do Livramento, mandada erigir por Leonardo Pacheco do Couto. Nessa época começaram a surgir as primeiras casas de comércio e, em 1891, o desenvolvimento do povoado era tamanho que o então município de Cimbres elevou-o à categoria de distrito, anexando-o ao seu território. Pouco tempo depois, no entanto, voltou a ser simples povoado, situação que permaneceu por quase 20 anos. O topônimo foi mudado para Olho d'Água dos Bredos e a primeira menção a essa nova denominação aparece em 1890, na ata de uma das sessões do Conselho da Intendência do Município de Cimbres.



A Lei Estadual nº 991, de 1º de julho de 1909, elevou o povoado de Olho d'Água dos Bredos à categoria de vila. Uma Resolução do Conselho Municipal de Cimbres, comunicada ao governador em ofício de 19 de março de 1912, mudou a denominação de Olho d'Água dos Bredos para Rio Branco, em homenagem ao Dr. José Maria da Silva Paranhos Jr., o barão do Rio Branco, histórico chefe da diplomacia brasileira, falecido no dia 10 de fevereiro desse mesmo ano.

O distrito foi criado pela Lei Municipal nº 18, de 12 de novembro de 1912, como 7º distrito do município de Cimbres. Nessa época já possuía uma agência postal, criada em 1910, e já era ligado à capital do estado pela via-férrea que fora inaugurada em 13 de maio de 1912 pelo então governador, general Emídio Dantas Barreto. No frontão de cada lado da pequenina estação a Great Western mandou inscrever a denominação “Barão do Rio Branco”.

Depois da inauguração da ferrovia, outro fator que muito contribuiu para a consolidação econômica do local foi a criação da feira de gado, em 1916. Em 1917 foi inaugurada a iluminação elétrica pública e particular, fato que se deve à iniciativa do Sr. Augusto Cavalcanti que, pouco tempo depois, foi responsável também pela inauguração do primeiro cinema do distrito, o Cine Rio Branco. A freguesia foi criada no dia 31 de agosto de 1919, desmembrada da freguesia de Pesqueira (ex-Cimbres). Por provisão de D. José Antônio de Oliveira Lopes, bispo de Pesqueira, o primeiro vigário foi o padre José Kherle, nascido em Reinstten (Wuttemberg, Alemanha). Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1º de setembro de 1920 o distrito de Rio Branco aparece no município de Pesqueira (ex-Cimbres), com essa denominação desde 1913.

A Lei Estadual nº 1.931, de 11 de setembro de 1928, criou o município de Rio Branco formado pelo território do distrito de mesmo nome, desmembrado de Pesqueira, acrescido de parte da Fazenda Tatu, desmembrada de Buíque. Essa mesma lei concedeu ao distrito de Rio Branco foros de cidade e sede do município. Foi instalado em 1º de janeiro de 1929 e o seu primeiro prefeito, eleito no dia 30 de setembro de 1928, foi o Cel. Antônio Japyassu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933 o município é constituído apenas do distrito sede. A comarca de Rio Branco foi criada pelo Decreto nº 305, de 13 de junho de 1934, sendo instalada no dia 18 do mesmo mês, pelo juiz Agrício da Silva Brasil. É classificada como comarca de 2ª entrância.

Pelo Decreto-lei Estadual nº 952, de 31 de dezembro de 1943, o município, termo e comarca de Rio Branco tiveram o topônimo alterado para Arcoverde, em homenagem ao Cardeal Arcoverde, natural do município, falecido no Rio de Janeiro, no dia 18 de abril de 1930. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960 o município é constituído apenas do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial de 2005.

Fontes:

Agência CONDEPE/FIDEM, Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco. Recife: CEHM, 2006. V. 3

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 18.

FONSECA, Homero. **Pernambucânia**: o que há nos nomes das nossas cidades. Recife: CEPE, 2009.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. **História das Comarcas Pernambucanas**. 2ª ed. Recife, 2010.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/arcoverde.pdf>